

SENAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGP.S, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2001	2000	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2001	2000
Fornecimentos e serviços externos		496.710	518.565	Prestações de serviços	44	323.646	491.662
Custos com o pessoal:				Proveitos suplementares		16.635	-
Remunerações		1.254.860	1.210.514	Proveitos e ganhos operacionais		146.737	589
Encargos sociais		121.932	137.782	(B)		497.018	402.251
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	100.880	110.880	Ganhos em empresas do grupo	45	48.293.388	34.443.910
Impostos		86.904	87.416	Outros juros e proveitos similares:		389.027	287.367
Outros custos e perdas operacionais		921.118	846.481	Relativos a empresas do grupo	45	412	2.078
(A)		2.962.404	2.952.910	Outros	45	48.662.827	34.733.355
Juros e custos similares - Outros	45	1.627.493	1.347.398	(D)		48.179.845	35.225.606
(C)		4.589.903	4.200.276	Proveitos e ganhos extraordinários	46	861	7.493
Custos e perdas extraordinários	46	965	1.865				
(E)		4.590.868	4.202.141				
Imposto sobre o rendimento do exercício	6 e 49	443.750	208.302				
(G)		5.034.648	4.409.443				
Resultado líquido do exercício		44.146.058	30.764.646				
		49.180.706	35.233.089	(F)		49.180.706	35.233.089
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	(2.465.386)	(2.360.659)
				Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	47.055.328	33.385.989
				Resultados correntes:	(D) - (C)	44.589.942	31.025.330
				Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	44.589.948	31.030.948
				Resultado líquido do exercício	(F) - (G)	44.146.058	30.764.646

Os anexos fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2001	2000
Vendas e prestações de serviços	44	333.646	491.662
Custos das vendas e prestações de serviços		(253.998)	(253.587)
Resultados brutos		79.648	238.075
Outros proveitos e ganhos operacionais		164.233	8.072
Custos administrativos		(1.767.286)	(1.752.842)
Outros custos e perdas operacionais		(922.084)	(848.346)
Resultados operacionais		(2.465.489)	(2.355.041)
Custo líquido do financiamento	45	(1.238.061)	(1.057.921)
Ganhos em filiais e associadas	16 e 45	48.293.388	34.443.910
Resultados correntes		44.589.838	31.030.948
Impostos sobre os resultados correntes	49	(443.780)	(266.302)
Resultados correntes após impostos		44.146.058	30.764.646
Resultados líquidos		44.146.058	30.764.646
Resultados por acção		0,37	0,26

Os anexos fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2001	2000
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(451.691)	(568.355)
Pagamentos ao pessoal		(1.453.282)	(1.420.173)
Fluxos gerados pelas operações		(1.904.973)	(1.988.528)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(652.479)	(1.054.823)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(2.557.452)	(3.043.351)
Recebimentos / (pagamentos) relacionados com rubricas extraordinárias		7	(1.112)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(2.557.445)	(3.044.463)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		499	7.482
Juros e proveitos similares		204.950	212.268
Dividendos		24.231.073	26.923.415
		24.436.522	27.143.165
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		(77.979)	(10.081)
Imobilizações incorpóreas		-	(164.334)
		(77.979)	(174.415)
Fluxos das actividades de investimento (2)		24.358.543	26.968.750
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		32.387.012	28.353.543
Empréstimos concedidos		48.798.000	53.204.527
		81.185.012	81.558.070
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(31.343.353)	(27.218.523)
Empréstimos concedidos		(49.466.707)	(54.635.079)
Juros e custos similares		(1.545.132)	(1.325.730)
Dividendos		(18.639.745)	(21.135.818)
Aquisição de acções próprias		-	(3.408.052)
		(101.014.937)	(107.723.202)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(19.829.925)	(26.165.132)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		1.971.173	(2.240.845)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		(2.236.804)	4.041
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2	(265.631)	(2.236.804)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 43

REGISTO NA CMVM Nº 231

NIPC 501 776 311

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Euros - €)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício de 2001 da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Sociedade"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001 que evidência um total de € 242.717.209 e capitais próprios de € 211.054.459, incluindo um resultado líquido de € 44.146.058, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS

- 2 -

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 7 abaixo, a posição financeira da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. O balanço em 31 de Dezembro de 2000 e as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós examinados e a nossa opinião sobre os mesmos, expressa na nossa Certificação Legal das Contas e Relatório do Auditor Externo datado de 23 de Fevereiro de 2001, incluía uma reserva relativa à Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. ("Secil"), uma subsidiária na qual a Sociedade detém uma percentagem efectiva de participação de 55,38%, a qual foi resolvida no decurso de 2001 conforme mencionado no parágrafo 8 abaixo.
7. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Sociedade em termos individuais e foram elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos da legislação comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados os efeitos da consolidação nos resultados líquidos e no capital próprio, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e publicar em separado e que consiste em aumentar os activos, os passivos (excluindo interesses minoritários) e os proveitos em € 760.331.186, € 563.273.850 e € 477.295.319, respectivamente.
8. Até 31 de Dezembro de 2000, os encargos suportados pela Secil com o pagamento de complementos de pensões de reforma e velhice, invalidez e de sobrevivência, aos reformados até 29 de Dezembro de 1987, e ainda com o pagamento voluntário do décimo quarto mês de complemento pago aos reformados após aquela data, cuja responsabilidade não está coberta pelo Fundo de Pensões Secil, foram reconhecidos como custos do exercício em que eram pagos. Com efeitos em 1 de Janeiro de 2001, a Secil alterou esta política contabilística e passou a registar estas responsabilidades numa base de acréscimo. O montante das responsabilidades com complementos de pensões atrás referidos que, em 31 de Dezembro de 2000, ascendia a € 14.835.407, foi registado por aquela subsidiária por contrapartida da rubrica de resultados transitados, por se tratar de uma regularização relativa a exercícios anteriores não frequente e de grande significado. Em consequência, a Sociedade registou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, uma redução na rubrica de investimentos financeiros por contrapartida directa da rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, o montante de € 8.215.376 (Nota 40).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2002



ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, SROC
Representada por António Marques Dias

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2001	2000	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2001	2000
CUSTOS E PERDAS							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		151.402.577	130.996.773	Vendas de mercadorias e produtos	36	484.176.491	448.487.336
Fornecimentos e serviços externos		122.592.903	109.171.182	Prestações de serviços	36	16.427.013	16.757.272
Custos com o pessoal:							
Remunerações	21	43.438.742	36.477.738	Variação da produção			
Encargos sociais		2.128.437	692.047	Trabalhos para a própria empresa		2.528.470	1.721.202
Perdas		16.357.624	13.233.687	Proveitos suplementares		32.184	15.089
Outros				Subsídios à exploração		2.351.236	1.345.537
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	59.937.406	56.983.611	Proveitos e ganhos operacionais (B)		4.911.890	3.081.838
Provisões	46	2.249.179	2.487.236			504.672.649	469.444.806
Impostos		3.962.741		Ganhos de participações de capital			
Outros custos e perdas operacionais (A)		2.340.567	404.410.176	Relativos a empresas do grupo e associadas	27 e 44	6.877.129	3.968.042
				Relativos a outras empresas	44	8.286.944	3.923.868
Perdas relativas a empresas associadas	27 e 44	248.583	312.941	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras		1.185.562	17.348
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	27 e 44	76.030	41.041	Outros juros e proveitos similares:			
Juros e custos similares - outros (C)	44	27.559.125	25.635.222	Relativos a empresas do grupo e associadas	44	156.374	190.588
				Outros		1.191.086	2.086.546
Custos e perdas extraordinários (E)	45	5.908.906	4.595.369			17.697.095	10.184.392
		438.210.820	396.158.470			522.369.744	479.623.197
Imposto sobre o rendimento do exercício		4.314.457	39.875.817			4.106.281	15.980.603
		442.525.277	438.134.287				
Interesses minoritários (G)	55	39.204.690	28.710.867				
		482.329.967	466.845.154				
		44.146.058	30.764.646				
		526.476.025	495.609.800				
Resultado consolidado líquido do exercício				(F)		526.476.025	495.609.800
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	100.262.473	103.860.908
				Resultados financeiros:	(D) - (B) - (C) - (A)	(10.196.643)	(16.604.812)
				Resultados correntes:	(D) - (G)	90.065.830	88.056.096
				Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	88.265.205	99.451.330
				Resultado consolidado líquido do exercício	(F) - (G)	44.146.058	30.764.646

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2001	2000
Vendas e prestações de serviços	36	496.587.030	465.244.606
Custo das vendas e das prestações de serviços		(291.038.280)	(245.195.714)
Resultados brutos		205.548.750	220.048.892
Outros proveitos e ganhos operacionais		11.090.214	6.233.427
Custos de distribuição		(49.272.490)	(48.432.752)
Custos administrativos		(38.123.582)	(42.554.319)
Outros custos e perdas operacionais		(14.047.621)	(13.845.433)
Resultados operacionais		115.195.271	121.449.815
Custo líquido de financiamento		(25.381.861)	(38.317.934)
Ganhos / (perdas) em associadas		6.628.545	3.653.101
Ganhos / (perdas) em outros investimentos		(7.552.014)	9.047.126
Resultados não usuais ou não frequentes		3.955.264	3.619.223
Resultados correntes		92.845.205	99.451.331
Impostos sobre o rendimento do exercício		(8.894.457)	(39.975.818)
Interesses Minoritários		(39.804.690)	(28.710.867)
Resultado líquido do exercício		44.146.058	30.764.646
Resultado por acção		0,37	0,26

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2001	2000
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		505.908.818	463.326.224
Pagamentos a fornecedores		(272.329.015)	(237.060.170)
Pagamentos ao pessoal		(40.967.572)	(38.494.543)
Fluxos gerados pelas operações		192.612.231	187.771.511
(Pagamentos)/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		(34.288.340)	(69.001.915)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(48.438.089)	(24.253.275)
		109.885.802	94.516.321
(Pagamentos)/Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		211.133	(3.442.996)
Fluxos das actividades operacionais (1)		110.096.935	91.073.323
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		8.079.822	20.513.243
Imobilizações corpóreas		3.341.715	759.140
Subsídios de investimento		1.140.387	2.455.861
Juros e proveitos similares		165.355	369.574
Dividendos		8.968.830	9.753.734
		21.696.109	33.851.552
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(25.162.842)	(380.182.106)
Imobilizações corpóreas		(26.573.537)	(30.147.784)
Imobilizações incorpóreas		(326.369)	(738.804)
Outros		(20.082)	-
		(52.082.830)	(411.068.694)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(30.386.721)	(377.217.142)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.151.215.516	1.286.182.640
Aumento de capital, prest. suplementares e prémios de emissão		820	-
Subsídios e doações		650.608	1.748.845
Venda de acções próprias		-	27.155
Suprimentos		2.917.001	-
		1.154.783.945	1.287.958.640
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.147.283.631)	(938.034.228)
Amortizações de contratos de locação financeira		(835.869)	(708.542)
Juros e custos similares		(23.233.160)	(20.050.887)
Dividendos		(39.105.551)	(44.714.593)
Aquisição de acções próprias		-	(3.408.052)
Suprimentos		(423.980)	-
		(1.210.882.191)	(1.006.916.302)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(56.098.246)	281.042.338
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		23.611.968	(5.101.481)
Efeito das diferenças de câmbio		153.005	12.814
Regularização do saldo inicial devido à variação de perímetro		57.632	14.509.547
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		22.344.485	12.923.605
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	2	46.167.090	22.344.485

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E
RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Euros - €)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2001 da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (“Semapa”) e Subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 que evidencia um total de € 1.003.048.395 e capitais próprios de € 211.054.459, incluindo um resultado líquido de € 44.146.058, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado e os relatórios de outros auditores indicados no parágrafo 5 abaixo proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS

- 2 -

5. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001 de subsidiárias incluídas na consolidação, que representam, aproximadamente 14% do total dos activos consolidados e, aproximadamente, 40% do total dos proveitos consolidados, foram auditadas por outros auditores, em cujos relatórios de auditoria nos baseamos para expressar a nossa opinião sobre os montantes relativos a essas subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Opinião

6. Em nossa opinião, baseada na nossa auditoria e nos relatórios de outros auditores mencionados no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. e suas Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais com excepção do referido no parágrafo 8 abaixo foram aplicados de forma consistente com o exercício anterior.

Ênfases

7. O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000 e as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós auditados e a nossa opinião sobre os mesmos, expressa no nosso relatório datado de 23 de Fevereiro de 2001, incluía uma reserva relativa à Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil”), uma subsidiária na qual a Semapa detém uma percentagem efectiva de participação de 55,38%, a qual foi resolvida no decurso de 2001 conforme mencionado no parágrafo 8 abaixo.
8. Até 31 de Dezembro de 2000, os encargos suportados pela Secil com o pagamento de complementos de pensões de reforma e velhice, invalidez e de sobrevivência, aos reformados até 29 de Dezembro de 1987, e ainda com o pagamento voluntário do décimo quarto mês de complemento pago aos reformados após aquela data, cuja responsabilidade não está coberta pelo Fundo de Pensões Secil, foram reconhecidos como custos do exercício em que eram pagos. Com efeitos em 1 de Janeiro de 2001, a Secil alterou esta política contabilística e passou a registar estas responsabilidades numa base de acréscimo. O montante das responsabilidades com complementos de pensões atrás referidos que, em 31 de Dezembro de 2000, ascendia a € 14.835.407, foi registado nas demonstrações financeiras daquela subsidiária por contrapartida da rubrica de resultados transitados, por se tratar de uma regularização relativa a exercícios anteriores não frequente e de grande significado. Esta regularização teve como efeitos, no balanço consolidado, uma redução do capital próprio no montante de € 8.215.376 (Notas 10.a) e 54) e uma redução do saldo da rubrica de interesses minoritários no montante de € 6.620.031 (Nota 55).

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2002



ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, SROC
Representada por António Marques Dias

Semapa
Assembleia Geral
Acta nº 16

No dia 27 de Março de 2002, pelas 11 horas, reuniu em Lisboa, na Av. das Forças Armadas, nº 125, 13º C, a Assembleia Geral anual da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, sociedade aberta, com sede em Lisboa na Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10º, com o capital social de 118.332.445 euros, pessoa colectiva nº 502593130, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 2630, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do exercício de 2001, bem como sobre o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
2. Deliberar sobre os documentos de consolidação de contas referentes ao mesmo exercício;
3. Deliberar sobre a aplicação de resultados;
4. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade com a amplitude prevista na lei, nomeadamente na alínea c) do nº 1 do artigo 376º e no artigo 455º do referido Código;
5. Deliberar sobre uma proposta do Conselho de Administração para aquisição e alienação de acções e obrigações próprias, e
6. Deliberar sobre a ratificação da cooptação do Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes.

Assumiu a presidência o Senhor Dr. Paulo Ventura, secretariado pelo Senhor Eng. Jorge Mira Amaral, que verificou que a assembleia havia sido regularmente convocada por anúncios publicados no dia 20 de Fevereiro de 2002 na III série do Diário da República, no dia 8 de Fevereiro no jornal Diário Económico e no dia 5 do mesmo mês no Boletim de Cotações, anúncios esses que haviam sido rectificadados, quanto ao local da assembleia, por anúncios publicados nos mesmos locais, respectivamente nos dias 22, 20 e 19, todos do mesmo mês de Fevereiro. Verificou depois o Senhor Presidente que se encontravam presentes todos os titulares dos órgãos sociais com excepção da

O Senhor Administrador Pedro Mendonça de Queiroz Pereira solicitou então o uso da palavra para perguntar se o representante da accionista Cimpor Portugal, SGPS, S.A. não queria declarar os motivos pelos quais se absteria de aprovar os documentos de prestação de contas.

O Senhor Presidente, na sequência desta intervenção, inquiriu o representante da accionista Cimpor sobre se pretendia usar da palavra para explicar a motivação da sua abstenção. Por este foi dito que não o pretendia fazer e que se absteria, não obstante as declarações efectuadas pelo conselho de administração sobre o rigor e transparência das contas e a disponibilidade daquele conselho para prestação de esclarecimentos, dado que recebera da sua representada instruções nesse sentido.

Como mais ninguém desejou usar da palavra, o Senhor Presidente submeteu à votação, e foram aprovados, com a abstenção da accionista Cimpor Portugal, SGPS, S.A. e os votos favoráveis de todos os restantes accionistas presentes, os documentos de consolidação de contas relativos ao exercício de 2001.

Já no terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente abriu a discussão procedendo à leitura da proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração. Como ninguém desejou usar da palavra, foi submetida à votação e aprovada com votos favoráveis de todos os accionistas presentes, à excepção da accionista Cimpor Portugal SGPS, S.A., que se absteve, a seguinte aplicação para o resultado líquido de 44.146.057,58€:

Dividendos às acções em circulação:	11.567.916,50€
Reservas legais:	2.207.302,93€
Reservas livres:	30.370.838,15€

Passou-se então ao quarto ponto da ordem de trabalhos, tendo o Senhor Presidente efectuado a leitura na única proposta existente na mesa, da accionista Sodim, SGPS, S.A.:

"Considerando a actuação dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade durante o exercício findo,

Propõe-se que

administradora Senhora D. Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos. Foi ainda verificado pelo Senhor Presidente que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de mais de metade do capital da sociedade, tendo mais adiante apurado com exactidão e informado a assembleia que os accionistas representados eram titulares de 80.836.683 acções, correspondentes a 808.364 votos e a cerca de 68,31% do capital da sociedade, conforme melhor resulta da lista de presenças que foi mandada elaborar e que fica arquivada em pasta própria.

Estando a assembleia regularmente convocada e em condições de deliberar validamente, o Senhor Presidente abriu a sessão, agradeceu a presença de todos os accionistas e procedeu à leitura da convocatória.

Abriu então o Senhor Presidente a discussão conjunta para o primeiro e segundo pontos da ordem de trabalhos, tendo a palavra sido pedida pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração que fez uma breve referência às informações que seriam prestadas pelo Conselho de Administração na assembleia. Foi então a palavra concedida, primeiro ao Senhor Administrador Eng. Carlos Alves e depois ao Senhor Administrador Dr. José Honório, que fizeram uma desenvolvida apresentação relativa aos dados operacionais e financeiros do exercício, deixando um balanço muito positivo do ano em análise.

A palavra foi novamente pedida pelo Administrador Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, que fez uma referência ao investimento da sociedade na Cimpor, à transparência e rigor das contas da sociedade e se colocou à disposição dos senhores accionistas para qualquer esclarecimento, enfatizando a disponibilidade e plena abertura da sociedade para prestar todas as informações que os senhores accionistas entendessem convenientes.

Como mais ninguém desejou usar da palavra, o Senhor Presidente submeteu à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados com a abstenção da accionista Cimpor Portugal, SGPS, S.A., titular de 13.084.261 acções correspondentes a 130.842 votos, e os votos favoráveis dos restantes accionistas presentes o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de 2001, bem como o relatório e parecer do Conselho Fiscal.

Nos termos do disposto nos artigos 376 n.º 1 alínea c) e 455, ambos do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia manifeste o seu apreço pela acção desenvolvida pelos referidos Órgãos, aprovando um voto de louvor e confiança aos mesmos, bem como aos respectivos membros."

Ninguém desejando usar da palavra, foi a proposta submetida à votação e aprovada também com a abstenção da accionista Cimpor Portugal, SGPS, S.A. e os votos favoráveis de todos os outros accionistas presentes.

Já no quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente, seguindo a mesma metodologia, leu a seguinte proposta do Conselho de Administração:

"Considerando o eventual interesse de alguns accionistas em alienarem as suas acções da sociedade;

Considerando que o evolução previsional da actividade social permite antever níveis adequados de libertação de fundos, e

Considerando as vantagens que podem advir para a sociedade da aquisição e alienação quer de acções quer de obrigações próprias,

Propõe-se que:

nos termos do disposto nos artigos 319.º, 320 e 354.º do Código das Sociedades Comerciais, se autorize o Conselho de Administração da sociedade, em prazo não superior a 18 meses a contar da deliberação que recair sobre a presente proposta, adquirir e alienar acções e obrigações próprias desde que tais operações sejam efectuadas através da Bolsa de Valores, os valores de transacção não se afastem mais de 20% em relação à cotação verificada na véspera na Bolsa de Valores e, o número máximo de títulos a adquirir não ultrapasse 10% da quantidade total de acções emitidas ou as 2.394.229.906 obrigações, conforme o caso"

Aberta a discussão, ninguém pretendeu usar da palavra. O Senhor Presidente submeteu então a proposta em causa à votação, tendo merecido o voto favorável de todos os presentes à excepção da accionista Cimpor Portugal, SGPS, S.A. que se absteve.

Entrou-se então no último ponto da ordem de trabalhos relativa à ratificação da cooptação. Também neste ponto ninguém desejou usar da palavra, tendo sido igualmente

aprovada com a abstenção da accionista Cimpor Portugal, SGPS, S.A. e os votos a favor dos restantes, a seguinte proposta do Conselho de Administração previamente lida pelo Senhor Presidente:

“Considerando que o Senhor Dr. Alberto Fernandes Falcão renunciou ao cargo de administrador desta sociedade e que o Conselho de Administração, em reunião do dia 20 de Junho último, designou por cooptação o Senhor Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes para o cargo de administrador deixado vago,

Propõe-se que,

nos termos do disposto no nº 2 do artigo 393º do Código das Sociedades Comerciais, seja ratificada aquela cooptação.”

Ao encerrar da assembleia o Administrador Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira pediu ainda o uso da palavra para propor um voto de louvor à mesa pela forma como foram conduzidos os trabalhos, voto que foi de imediato submetido à votação e aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e ninguém mais querendo usar da palavra, o Senhor Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e encerrou os trabalhos quando eram 12:00 horas, deles se lavrando a presente acta que segue devidamente assinada.